
CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMPERIALISMO NA TRADIÇÃO DA TEORIA MARXISTA DA GEOGRAFIA

Consideration of the Imperialism in Tradition the Marxist Theory of Geography

Paulo Roberto Teixeira de Godoy
Doutor em Geografia - Professor Assistente Doutor
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
prt@rc.unesp.br

Artigo recebido em 02/12/2015 e aceito para publicação em 18/01/2016

DOI: 10.12957/tamoios.2015.19919

Resumo A apresentação do tema *geografia e imperialismo* sob a abordagem marxista e a sua trajetória no pensamento geográfico durante a segunda metade do século XX, consiste no objetivo geral deste artigo. A identificação e a análise das influências da teoria marxista sobre geógrafos franceses, norte-americanos e brasileiros, delineiam os objetivos específicos e perfazem, ao mesmo tempo, a noção de tradição.

Palavras-chave: Geografia. Teoria marxista. Imperialismo. Tradição.

Abstract The presentation of theme geography and imperialism under the marxist approach and track record in the geographic thought in the second half of the twentieth century, it consists target on general of Article. Identifying and analyzing the influence of the Marxist theory of French geographers, Americans and Brazilians, circumvents the specific objectives and rises, at the same time, the notion of tradition.

Key word: Geography. Marxist theory. Imperialism. Tradition.

INTRODUÇÃO

A geografia do imperialismo ou imperialismo e geografia são expressões desdobradas de um mesmo movimento político que envolve múltiplos processos de acumulação de capital presentes na história econômica do capitalismo mundial. A concepção geográfica em torno desse movimento, em sua totalidade complexa, a partir da base teórica inaugurada por Marx e, mais tarde, desenvolvida por Rosa Luxemburgo e Lênin, apresenta-se à Geografia sob formas distintas de interpretação e filiação teórica.

Diante das diversas concepções enlaçadas na teoria marxista da Geografia, a apresentação e a análise do tema *o imperialismo na tradição da Geografia Marxista* exigem, inicialmente, algumas palavras acerca do significado do chamado “retorno” da crítica ao imperialismo e suas fontes de inspiração teórica.

Naturalmente, a exigência que se faz necessária aqui se dá em razão da própria abordagem a qual se pretende construir para, em seguida, analisar as relações entre a teoria marxista, a Geografia e o imperialismo. Não se trata, evidentemente, de um “retorno” sobre algo que tenha sido deliberadamente abandonado ou um regresso às relíquias do passado que, num momento dado de seu curso, se apresenta à cena do debate contemporâneo sob o signo da *novidade*.

O “retorno” se faz necessário, essencialmente, em função do reconhecimento das próprias práticas renovadas do imperialismo em suas manifestações econômicas, territoriais, políticas e ideológicas. Desse ponto de vista, as categorias que orientam a perspectiva geográfica na construção da crítica marxista ao imperialismo derivam das próprias condições sociais da luta de classes no confronto com as formas de extração de mais-valor e da divisão social e territorial do trabalho em escalas geográficas superpostas.

A tradição a que nos referimos não diz respeito, evidentemente, ao retorno a determinada reserva arqueológica de saberes ou cemitério de obras. A releitura de autores como Marx, Hilferding, Bukharin, Rosa Luxemburgo, Lênin, Trotsky e, ao mesmo tempo, de autores da segunda metade do século XX, como Magdoff, Dobb, Sweezy, Frank, Wallerstein e geógrafos como Lacoste, P. George, M. Santos, N. Smith, Harvey etc. trata-se de um regresso a determinado debate sob diferentes abordagens acerca de problemas estruturais que, de fato, se colocam além dos autores citados.

Os problemas que nos interessam estão, portanto, no mundo das novas práticas espaciais do imperialismo, isto é, no mundo em que atualmente vivemos. Nesse sentido, trata-se de uma tradição marcada por uma dialética entre passado-presente que se refaz na

universalidade dos conceitos assentes de passado e presente e que os circunscrevem em sua contemporaneidade prática e teórica em relação às contradições estruturais do movimento totalizante do capital no metabolismo sociedade e natureza.

Na Geografia, a produção intelectual que, efetivamente, caracteriza a tradição marxista de reação crítica ao imperialismo tem início no final da década de 1960, momento que conhece o surgimento de novas concepções em torno das relações entre capital e espaço geográfico. Esse marco temporal não ignora, evidentemente, os esforços realizados nas primeiras décadas do século XX por Jean Dresch, na França, e pelo crítico da geopolítica burguesa alemã, o marxista-positivista Karl Wittfogel. Mas, sem dúvida, a publicação de obras cujos temas dizem respeito ao contexto geográfico do imperialismo, do colonialismo e do subdesenvolvimento se deu posteriormente, a partir dos anos 1960 e nas décadas seguintes.

O marxismo e os temas ligados ao imperialismo e ao subdesenvolvimento, contudo, chegam à Geografia muito mais pela via da militância política partidária de esquerda do que propriamente por meio do viés teórico do materialismo histórico e dialético. As questões relacionadas ao método e às categorias de análise somente tornaram-se relevantes à medida que a análise geográfica do capitalismo pós-guerra passa a exigir uma intensa revisão crítica, não apenas de noções e conceitos da geografia humana, mas, sobretudo, do significado da análise espacial para a sociedade capitalista.

Antes de apresentar as considerações voltadas especificamente à Geografia, algumas palavras em torno do contexto mais geral são necessárias, mesmo porque o tema imperialismo na tradição marxista corresponde, em certo sentido, ao que Perry Anderson denominou de “marxismo ocidental”. Nessa perspectiva, vale dizer que os saberes modernos hegemônicos do Ocidente foram submetidos a uma ampla crítica nas últimas décadas com o fim de denunciar o seu caráter eurocêntrico e colonial. A contribuição do marxismo na construção da crítica acerca das práticas geográficas do imperialismo coloca-se, muitas vezes, em estado de isolamento. Contudo, o marxismo continua sendo uma perspectiva de análise, fonte de uma visão de totalidade e de interpretação das dinâmicas expansivas do capital, sem o qual não teríamos avançado na análise e na interpretação do capitalismo nos séculos XX e XXI.

Por mais incrível e genial que tenham sido as contribuições de Marx ao pensamento crítico, deve, no entanto, somar-lhe outras que surgiram ao longo do século XX: Lênin, Rosa Luxemburgo, L. Trotsky, G. Lukács, Gramsci, entre tantos outros. Nesse sentido, há uma tradição marxista, mas a tradição, como bem coloca Boron (2006), não diz respeito a

um sítio arqueológico para curiosos, mas a uma tradição dinâmica de incessante dialética entre passado e presente e, portanto, inclusa e ligada ao contexto histórico-social. A concepção de tradição está, portanto, longe da ortodoxia ou do tão mal afamado marxismo vulgar. Desse modo, a interpretação do tema *imperialismo na tradição da Geografia marxista* parte da concepção de que o imperialismo consiste em uma categoria de análise da geografia histórica do capitalismo. Mas a categoria, como diz Lukács (2010) a partir de Marx, consiste na forma do ser social, determinação de sua existência, portanto, gerada pela práxis social dos homens.

Essas considerações iniciais visam ao esclarecimento da escala e dos limites de análise do tema deste capítulo. Naturalmente, esse limite permite apenas tocar em aspectos e problemáticas que são, sem dúvida, relevantes para o debate, mas não será possível tratá-las todas aqui em suas expressões mais particulares. Isso serve, igualmente, para os autores e as obras, dada a extensa lista de publicações dos últimos 40 anos.

GEOGRAFIA E IMPERIALISMO: DO TEMA À TRADIÇÃO

Os desdobramentos da teoria do valor e da teoria da acumulação de Marx são pontos essenciais à discussão geográfica do imperialismo. São essenciais porque ambas as teorias pressupõem o desenvolvimento espacial desigual do processo de reprodução ampliada do capital e da distribuição de unidades produtivas, isto é, ambas implicam expansão territorial da produção, nova divisão social do trabalho, fixação de valor, aceleração da circulação e do consumo em escala mundial. Esse movimento gerador de estruturas e relações contraditórias recree, no tempo e no espaço, novas mediações que se expressam no redirecionamento de fluxos de capital e trabalho e na valorização do espaço.

Diante da extensão e da complexidade da produção intelectual nos últimos 40 anos, torna-se inevitável um recorte em relação às referências teóricas que incidem sobre a Geografia, destacando apenas alguns autores que apresentam certa relevância para a análise geográfica do imperialismo, como Y. Lacoste, P. George, Buchanan, R. Peet, M. Santos, D. Harvey, P. Claval etc.

A interpretação das teorias da acumulação e do valor realizadas por G. Frank no final dos anos 60 e Wallerstein na década de 1970, por exemplo, na esteira de Rosa Luxemburgo, transforma-se na chamada *teoria da dependência*, tendo como pano de fundo a concepção braudeliiana de “economia-mundo”. O conceito de imperialismo repousa, desse modo, sobre uma base heterodoxa de interpretação do desenvolvimento do comércio

desigual entre centro e periferia. O conteúdo político do imperialismo, por exemplo, analisado por Rosa Luxemburgo como expressão dos conflitos econômicos, fora totalmente ignorado para dar lugar a uma abordagem que considera apenas a existência da rede internacional de fluxos e de bens, o que permite, segundo os autores destacados, a realização do mais-valor excedente produzido no centro hegemônico, em diversas regiões do mundo. Com essa orientação elementar, geógrafos como K. Buchanan (1968), P. W. Porter (1970), D. Slater (1977), R. Peet (1980) abrem caminho à análise marxista em torno de temas que envolvem o processo de urbanização no Terceiro Mundo, a modernização agrícola, a concentração fundiária, a fome na África, Ásia e América Latina, os conflitos bélicos da Guerra-Fria, a desigualdade regional etc.

Parte dos geógrafos filiados à teoria do desenvolvimento define o imperialismo a partir das relações de trocas desiguais entre o centro e a periferia e atribui a fatores externos as principais causas da dependência e do subdesenvolvimento. Com frequência, a região aparece como referência de escala e a cidade, em grande parte dos trabalhos, como objeto empírico de estudo. A partir desse ponto, grande parte das análises apresentadas consideram a reconfiguração diferenciada do espaço nos países da periferia como resultado direto da expansão da rede comercial, o que produz, de acordo com essa abordagem, a alteração da geografia do mais-valor em escala mundial e, conseqüentemente, provoca o alargamento dos fluxos de transferência para as economias centrais.

Para Buchanan (apud FORBES, 1989, p. 126), apoiado nas teses de Frank,

[...] o abismo entre o nível de prosperidade de vários países foi criado por um processo econômico no qual o desenvolvimento de um setor do planeta – o norte branco – redundou na estagnação ou no verdadeiro retrocesso de áreas dependentes [...] O desenvolvimento capitalista gerou simultaneamente desenvolvimento e subdesenvolvimento, não como processos separados, mas como facetas correlatas de um único processo.

As críticas dirigidas a Frank e Wallerstein enfatizam, sobretudo, os dualismos presentes nas concepções de ambos: o “moderno” e o “tradicional”; as “relações capitalistas e não capitalistas” etc. Destacam-se também a crítica em relação à incapacidade de explicar as causas históricas do subdesenvolvimento, as formas de absorção do excedente produzido nos países centrais, além da noção equivocada de “imagem-espelho” em que o desenvolvimento do centro implica necessariamente o subdesenvolvimento da periferia. E mais. Os teóricos do desenvolvimento negligenciam a luta de classes, o papel do Estado e as ideologias do imperialismo.

Em *Geografia do Subdesenvolvimento*, publicado inicialmente em 1965 (utiliza-se aqui a edição traduzida de 1985), Lacoste apresenta argumentos acerca da necessidade de se reconhecer as especificidades das formações econômicas e sociais no “conjunto de situações globais” para que o esforço de interpretação não se feche somente sobre o “planisfério político, que mostra todos os Estados”, mas não a “configuração geopolítica de cada um deles”.

A construção progressiva de um conceito de *subdesenvolvimento* que possa ser eficaz ao nível planetário repousa sobre a hipótese de que, não obstante esta extrema diversidade das situações apreendidas no quadro de cada Estado e de cada uma de suas regiões, é possível reunir características comuns suficientemente importantes para esboçar em um certo grau de abstração os traços de uma situação global ou de *conjunto de situações* globais. Mas é importante dar conta geográfica e historicamente das diferenças que se fazem aparecer entre esta situação de subdesenvolvimento e aquela com a qual se estabelece implícita ou explicitamente a comparação (se é verdade que se permaneça numa visão dualista do mundo) (LACOSTE, 1985, p. 59).

A crítica de Lacoste aos economistas filiados à teoria da dependência enfatiza os aspectos de mitologização ou fetichização do espaço em que um dado território ou uma dada região aparece como sendo a exploradora daquelas que estão sob sua influência direta e, conseqüentemente, concentra a riqueza através de relações de dependência. O que está em jogo, na concepção de Lacoste, não são os embates regionais ou “guerra dos lugares”, mas a luta de classes e as contradições geradas no seio do movimento do capital, cuja materialização produz o *espaço diferencial*. “Não é a região que domina, que explora, são classes dirigentes [...] que açambarcam lucros e transferem alhures lucros açambarcados sobre trabalhadores que se encontram em tal lugar” (1985, p. 65).

Em outra perspectiva teórica, agora sob a influência de Lênin, Brenner (1977) e Palma (1978) colocam ênfase, sobretudo, nas relações de produção. A concepção básica refere-se ao processo de industrialização na periferia como sendo capaz de criar a burguesia, o proletariado urbano-industrial (organicamente subordinado ao centro hegemônico) e o Estado Nacional (instrumento da burguesia). Neste caso, o objetivo consiste em colocar em xeque a aristocracia agrária, herança do período colonial, e alterar a dinâmica de expansão do sistema capitalista no interior das formações econômica e socioespacial. Na concepção de Brenner (1977), o subdesenvolvimento não resulta da exclusividade da demanda do mercado mundial, mas das contradições entre forças produtivas e relações de produção, isto é, da luta de classes e das formas de extração do mais-valor no interior das formações econômicas e sociais.

O desenvolvimento do subdesenvolvimento [para Brenner] lançava raízes na luta de classes da produção, baseada na extensão do excedente absoluto de mão-de-obra, que determinava aguda *disjuntura* entre as exigências do desenvolvimento das forças produtivas (produtividade do trabalho) e a estrutura da lucratividade do conjunto da economia (BRENNER, 1977, p. 85).

Diante desse quadro interpretativo, a divisão internacional do trabalho e sua geografia das trocas desiguais constituem as categorias manifestas do movimento do capital monopolista em sua versão imperialista. O mercado mundial, sob o comando do capital financeiro, torna-se a arena de participação política dos Estados Nacionais e, ao mesmo tempo, a determinação do desenvolvimento e do seu contrário, o subdesenvolvimento. Contudo, as causas do subdesenvolvimento não são vistas, neste caso, como reflexos externos da ação imperialista sobre um dado território, mas da combinação específica entre fatores internos e externos.

As concepções de imperialismo que estão na origem das teorias da dependência, dos sistemas mundiais, da reestruturação e da crise reconhecem, todas elas, sua dívida à análise marxista. As valiosas contribuições de Rosa Luxemburgo e de Lênin em relação à força propulsora do capital mundial monopolista e suas práticas políticas e ideológicas na periferia do sistema capitalista passam a representar para a análise marxista do espaço a possibilidade de construção, segundo P. George, de uma geografia *ativa e radical*. A pista deixada por Rosa Luxemburgo à análise geográfica do imperialismo advém de sua conclusão a respeito da realização do excedente de capital, ou seja, da contradição entre produção e consumo na sociedade capitalista, o que leva a burguesia a encontrar compradores fora do meio capitalista para realização do mais-valor. Uma vez, entretanto, esgotado a partilha territorial, o imperialismo inaugura a fase militarista que, do ponto de vista econômico, torna-se a condição de reprodução social do capital excedente.

Com Frank (1976) e Wallerstein (1974), a ênfase recai, sem dúvida, na estrutura da economia-mundo. A divisão internacional do trabalho induzida pelo comércio dá origem à estrutura internacional de Estados nacionais de força desigual, acelera a acumulação no centro e impõe ciclos de atrasos em regiões periféricas. O raciocínio dos teóricos da dependência apoia-se, sobremaneira, na dinâmica histórica do expansivo modo de produção capitalista. De acordo com Claval (1977, p. 156), a tese básica de Frank a respeito do subdesenvolvimento refere-se:

[...] la tendance à la surproduction inhérente au système capitaliste: celui-ci ne peut se défendre contre la crise qu'em exportant des capitaux et des biens. La genèse du

sous-développement est alors liée à la circulation de la plus-value [...] Les travaux récents les combinent souvent: le développement du sous-développement dans les espaces périphériques — que ce soient les régions défavori sées grands Etats, ou les pays pauvres — traduit à la fois la volonté du centre de s'assurer de nouveaux marchés pour ne pas souffrir de surproduction et son souci de maintenir des profits élevés en créant des enclaves modernisées dans les espaces périphériques où la pression démographique déprime lês salaires.

Buchanan (1970), um dos primeiros geógrafos a reconhecer a teoria de Frank, conclui que o capitalismo gerou simultaneamente desenvolvimento e subdesenvolvimento, não como processos separados, mas como facetas correlatas do mesmo processo (BUCHANAN, 1968, p. 81-83). A divisão internacional do trabalho, segundo o autor, estabelece as formas de estruturação das economias periféricas na função de produtoras e exportadoras de produtos primários, organiza os espaços de fluxos de bens de consumo e gera concentração populacional em regiões em processo de industrialização dependente.

A ideia que está implícita em Buchanan (1970), mas nunca expressa, refere-se ao movimento geográfico de transferência desigual do valor. As contradições sociais que se multiplicam no curso desse processo de “estruturação das economias periféricas”, o corporativismo do Estado na regulação dos conflitos políticos das relações capital e trabalho e a geografia do capital em escalas nacional e regional são aspectos negligenciados não somente por Buchanan, mas pela maioria dos geógrafos que se filiam à teoria proposta por Frank.

Em “Troca Desigual: um estudo sobre o Imperialismo do Comércio”, Emmanuel (1972) conclui, baseado em Brenner, que a teoria da troca desigual constitui parte substancial de uma teoria geográfica acerca da transferência de valor, tendo sido aplicada a várias escalas espaciais, inclusive a regional e a urbana, bem como à escala mundial por teóricos como Samir Amin. Embora o autor centre a relevância das relações econômicas no mercado mundial, a base de sua interpretação da geografia das trocas desiguais, que caracteriza as relações imperialistas entre o centro e a periferia, está na organização espacial da produção em suas expressões regional e urbana.

Lacoste (1985, p. 62), por sua vez, indaga acerca das concepções que “transformam os espaços em atores da história e lhes atribuem um papel político”. Sem dúvidas, diz o autor, “elas têm por efeito fundamental ocultar a análise das relações de classe no seio da população, [...] é preciso [portanto] desconfiar dos *geografismos* empregados constantemente”. No entanto, a concepção de Lacoste a respeito do subdesenvolvimento e do imperialismo como fenômenos relacionais resulta de estudos e experiências acumuladas

desde as décadas de 1950 e 1960. Os trabalhos realizados conjuntamente com P. George, R. Guglielmo e B. Kaiser foram de extrema importância para a construção da chamada *Geografia do Subdesenvolvimento* e das análises do imperialismo.

Na França, os geógrafos iniciam os primeiros contatos com as correntes teóricas do marxismo através de J. Dresch, B. Kaiser, P. George e Y. Lacoste, que passam a publicar artigos na revista *Espaço e Sociedade*, dirigida por Lefebvre Kopp. No quadro geral, pensadores como Lefebvre, Castells, Althusser, Gramsci, Harnecker, Lukács, Poulantzas, Kosik, Polanyi, entre muitos outros, tiveram participação decisiva em relação às novas concepções em torno do processo expansionista do capital e às práticas do imperialismo após a Segunda Guerra Mundial.

Entre os geógrafos franceses, que talvez melhor representem os esforços iniciais de conceitualização da geografia em bases marxistas, isso pode ser verificado em trabalhos apresentados por P. George, no período de 1946 a 1956, como também por Y. Lacoste, nos anos 1960 e 1970. No Prefácio da obra de P. George, *Introdução ao Estudo Geográfico da População do Mundo* (1951), A. Sauvy o apresenta como tendo uma profunda convicção marxista da geografia, juntamente com Dresch e Tricart.

Em *Critique de la géographie bourgeoise* (1950), artigo coletivo coordenado por George e veiculado pela *La Nouvelle Critique*, há o registro sobre os estudos de geógrafos franceses, soviéticos, tchecos e húngaros acerca do estado teórico e ideológico da geografia clássica. Entre 1946-56, George publica diversos trabalhos em revistas (especialmente em *La Pensée*) e livros editados pelo Partido Comunista Francês, como também por Librairie de Médecis, Armand Colin e Association des Géographes Français e pelas produções universitárias (PUF e INED). Nesse período, os trabalhos de George seguem duas direções básicas: de um lado, a geografia humana e a geografia econômica, de outro, a geografia regional e a geografia dos Estados, sobretudo, da URSS e da Europa Central.

Para Di Méo (1991), que procura analisar o método dialético na perspectiva geográfica de P. George, os trabalhos realizados no período de 1946-56 consistem na tentativa de combinação entre a geografia clássica francesa e o marxismo de militância política; R. Hérin (1999) também argumenta que há, no pensamento de George, um paralelismo entre a militância política e a prática da geografia social e, igualmente, entre a tradição empirista dos anos de 1930 e o ativismo militante dos geógrafos marxistas dos anos 1950.

Contudo, os dois trabalhos fundamentais de George neste período – *La Ville* (1952) e *La Campagne* (1956) – são estudos críticos em relação a sua própria experiência como

geógrafo e militante e, também, aqueles relacionados aos estudos de outros geógrafos, cuja finalidade consiste em denunciar os aspectos ideológicos e acríticos da geografia francesa, como o trabalho de P. Gourou sobre o Extremo-Oriente, por exemplo (PAILHÉ, 1981, p. 20).

Na acepção de Claval (1977, p. 156), George cumpre papel relevante na construção da geografia marxista francesa, mas não consegue dar o salto teórico qualitativo. Na verdade, segundo Claval, há uma tentativa de conciliação entre o possibilismo e o marxismo. Ele acredita “que le possibilisme soit conciliable avec une philosophie marxiste. Il permet d’insister sur le rôle créateur de l’homme dans ses rapports avec la nature”. A crítica de Claval visa apenas a apontar a impossibilidade de conciliação entre os conceitos da geografia de tradição empirista e regional, em que George se situa, e as categorias advindas do marxismo cujas proposições essenciais, segundo o autor, negligenciam a dimensão espacial da sociedade. Porém, vale lembrar, como acentua Santos (1980, p. 82), que P. George em “suas primeiras publicações sobre população (1951-1959), Geografia Social (1946) e seu tratado sobre as cidades (1952) demonstram seu esforço em abarcar a dinâmica dos sistemas sócio-econômicos com as estruturas da produção”.

No aparente isolamento e na contramão do revisionismo dos marxistas franceses, em *Géographie de la population et démographie* (1950), George parte da clássica passagem de Marx (*Introduction à la critique de l’économie politique*, de 1857): “la population est une abstraction si on néglige par exemple les classes dont elle se compose”, para abrir possibilidades à revisão crítica dos pressupostos teóricos e dos procedimentos metodológicos da geografia clássica no estudo da população e sua distribuição em face da divisão social do trabalho.

Com George (1951, p. 126), o espaço deixa de ser visto como objeto passível de apreensão intuitiva ou um continente de atributos humanos e naturais, como diz o autor: “l’espace n’est pas une catégorie a priori, mais bel et bien une forme de représentation de la matière, et l’espace géographique le support des rapports sociaux, la dimension spatiale de la société”.

A obra *La Géographie Active* (1964), que reúne contribuições de George, Guglielmo, Kaiser e Lacoste em torno de temas relacionados ao Terceiro Mundo, aos países industrializados e à questão regional, sintetiza, de certa forma, a concepção dos geógrafos marxistas franceses e dá razão à crítica apresentada por Claval quanto à tentativa de conciliação entre a tradição possibilista de cunho vidaliano e as categorias de análise marxista.

Se Capel (1981) estiver correto, o que leva à formação de um pensamento crítico de cunho marxista na geografia refere-se, contudo, em última análise, à aceitação da concepção de que o espaço geográfico consiste em um produto social, uma mercadoria produzida pelas relações entre sociedade e natureza, e como tal, submetido às mesmas determinações históricas da produção de valor na sociedade capitalista. Como valor de uso e de troca, o espaço social torna-se objeto de uma nova tradição teórica e, portanto, radicalmente oposta a sua gênese burguesa e positivista.

Em outubro 1982, no *Colloque de Lyon*, os geógrafos franceses voltam-se à análise do espaço social e ao debate em torno da consolidação de uma geografia verdadeiramente marxista. Tanto Noin (1983), como Brunet (1993) e Jalabert (2001) concordam em ressaltar a relevância do *Colloque* para a renovação da geografia marxista francesa. As posições políticas dos diversos segmentos que participam do debate deixam explícito o papel social do geógrafo e a função da geografia na construção da crítica social em relação ao capital e ao poder do Estado.

Na Geografia brasileira, os primeiros ecos da discussão em torno do marxismo e, particularmente, do tema imperialismo surgem na segunda metade da década de 1970. Os problemas que constituem a pauta do debate geográfico e as formas de abordagem teórica esboçam os primeiros contornos do seu movimento de renovação. As bases iniciais de orientação teórica e metodológica são buscadas em autores como Lefebvre, Althusser, Castells, Dobb, Harnecker, Mandel, Gramsci e o próprio Marx.

O debate de natureza crítica que ganha corpo a partir da década de 1970 não apresenta imediato interesse pelos problemas ligados ao imperialismo ou pelas relações geopolíticas entre as nações do centro hegemônico da economia mundial com a periferia. Isso não implica, evidentemente, o desconhecimento acerca das contradições do movimento do capital em escala mundial, mas o foco das análises se volta, sobretudo, para as questões conceituais ligadas à concepção de produção do espaço, sua valorização e sua fragmentação. O debate se dá de forma mais intensa no interior das disciplinas que tratam de questões urbanas e regionais, bem como as que trabalham com os problemas fundiários e o das relações de produção no campo.

A consulta bibliográfica referente a fase inicial de renovação da Geografia brasileira revela a quase total ausência do tema imperialismo. Embora os problemas do subdesenvolvimento apresentem-se indiretamente nos estudos sobre as relações entre economia e espaço, não há uma tradição, do modo como visto anteriormente, de estudos e publicações que tratem do imperialismo a partir do marxismo. Mesmo porque, nos anos

1970 e 1980, tal esforço teórico encontra-se em maturação e, mesmo atualmente, as reflexões centradas nas questões de método estão em curso e, aparentemente, muito longe de alcançar plenamente os objetivos de uma teoria marxista da Geografia e do imperialismo.

Em “Geografia, Marxismo e Subdesenvolvimento”, artigo publicado por M. Santos em 1980, a preocupação gira mais em torno da necessidade de definição de variáveis universais e do método adequado para interpretá-las do que, propriamente, da discussão sobre o subdesenvolvimento ou os processos relativos às práticas imperialistas do capital. Nesse momento, Santos (1980, p. 87) acredita que as “variáveis formadoras do espaço e suas combinações, as quais originam as diferenças entre lugares, são universalmente as mesmas. O problema é descobrir se estas combinações se manifestam espacialmente e se sua manifestação é a mesma no centro e na periferia do sistema mundial”. Para o autor,

o espaço subdesenvolvido tem um caráter específico; as prioridades de importância variam, mesmo quando operam as mesmas forças, já que suas combinações e resultados são diferentes. É algo que os geógrafos ocidentais têm tido grande dificuldade em entender. Por que nós não podemos, então, reunir a experiência surgida nos países subdesenvolvidos: desenvolver teorias que tenham sentido tanto para os geógrafos como para os cidadãos? (SANTOS, 1980, p. 88-89).

Não há necessidade, neste momento, de apresentar a ligação da visão de Milton Santos com a concepção estruturalista de Althusser, em que o Estado-Nação aparece como escala de análise por excelência da Geografia ou, como em *Por Uma Geografia Nova* (1978), “O Estado-Nação como unidade geográfica de estudo”, mas apontar a estreita ligação com a leitura que Lacoste realiza da teoria da dependência e da geografia dos países subdesenvolvidos. As incursões de M. Santos nos estudos sobre o Terceiro Mundo e o subdesenvolvimento trazem, sem dúvida, as marcas da geografia francesa liderada por P. George e Y. Lacoste.

Em *Da Totalidade ao Lugar*, publicado no Brasil em 2008 como uma coletânea de textos e conferências, Santos apresenta o conceito de subdesenvolvimento a partir da categoria de base marxista: “Formação Socioeconômica”. A ideia básica consiste em conceber o Estado como a instância jurídico-política do capital internacional e, ao mesmo tempo, como agente da modernização do território.

Um país subdesenvolvido é uma Formação Sócio-Econômica dependente, um espaço onde o impacto das forças externas é preponderante em todos os processos. Por esse motivo, sua organização

do espaço é dependente [...] A dialética do espaço no Terceiro Mundo se dá entre o Estado-Nação e as atividades modernas, principalmente as empresas multinacionais e os monopólios (SANTOS, 2008, p. 45-46).

Embora M. Santos empreenda grande esforço para a renovação do pensamento crítico na Geografia e estabeleça marcos teóricos de extrema importância à análise do espaço, suas contribuições ao estudo do imperialismo são praticamente inexistentes. O que chama a atenção do autor em relação a atuação das “forças externas” na extração e transferência do mais-valor da “periferia do sistema mundial” para as economias do “centro” são, precisamente, as formas de articulação entre os Estados nacionais e as corporações globais, não as contradições sociais engendradas pelas práticas econômicas do capital monopolista; o autor volta-se muito mais para os processos de modernização do território e desenvolvimento das forças produtivas do que para os conflitos das relações sociais de produção entre capital e trabalho e a luta de classes no interior das “formações sócio-econômicas dependentes”.

Em 1984, Porto-Gonçalves e Azevedo publicam um artigo intitulado “A Geografia do Imperialismo: uma introdução”. Os autores partem do conceito de que o imperialismo consiste em “uma totalidade contraditoriamente estruturada em nível mundial”. O Estado e a burguesia nacionais são as condições para a formação de uma rede hierarquizada de poder e de articulação dos interesses econômicos e geopolíticos entre “centro” e “periferia”. A concepção de “rede hierarquizada” empresta ao conceito de imperialismo a noção tradicional de desenvolvimento desigual e combinado e, ao mesmo tempo, acentua o caráter dependente das formações sociais periféricas e a função histórica da burguesia no acirramento dos conflitos sociais internos.

Em 2003, Vesentini apresenta o ensaio *Nova Ordem, Imperialismo e Geopolítica Global*. O autor apresenta um resumo das concepções clássicas do conceito de imperialismo, resgatando Lênin, Rosa Luxemburgo, Hobson, Bukharin entre outros coevos que contribuíram com debate teórico em torno do movimento do capital monopolista nas esferas da produção, do comércio mundial e do sistema financeiro. O capítulo traz considerações também em relação aos “continuadores e reformadores” das teorias do imperialismo, tais como: H. Magdoff (1980), A. Emmanuel (1971), S. Folke (1978), R. Owen e Sutcliffe (1978) e A. Negri e M. Hardt (2001).

O conceito de imperialismo, de acordo com o autor, deve acompanhar as mudanças do capitalismo mundial para que possa estabelecer uma correspondência cada vez mais estreita com a realidade geopolítica do mercado global. Isso porque,

[...] imperialismo remete imediatamente (portanto, sem tantas mediações como em outras teorias ou conceitos) ao significado do capitalismo mundial – com as suas desigualdades, diversidades, conflitos e antagonismos – e, dessa forma, às suas contradições e potenciais de mudanças. [Nesse sentido], “uma coisa pelo menos nos parece evidente: que não é possível hoje (nem no mundo da guerra fria e tampouco neste mundo da nova ordem mundial com a globalização) continuar a usar a teoria do imperialismo sem profundas redefinições, sem reavaliar os seus pressupostos essenciais (VESENTINI, 2003, p. 54-55).

A análise apresentada por Vesentini (2003), está mais próxima da crítica sobre o emprego do termo imperialismo para a interpretação do capitalismo contemporâneo e da geopolítica global do que, propriamente, a re-atualização do conceito a partir das metamorfoses do capital e do Estado na arena do mercado mundial e de seus desdobramentos internos na escala das formações sociais.

Diante do que vimos até aqui, pode-se dizer que a trajetória percorrida pelo tema imperialismo na teoria marxista da Geografia não constituiu, no sentido dialético do termo, uma tradição que caracterize a consolidação de uma reflexão teórica de análise marxista da categoria *imperialismo*. Isto é, o imperialismo como tema específico de estudo da corrente marxista da Geografia, seja ela francesa, anglo-saxônica ou brasileira não apresenta uma continuidade que permita estabelecer uma ligação entre a produção acadêmica dos anos de 1950-1970, com os esforços empreendidos atualmente por geógrafos como D. Harvey.

Embora a tradição não se reduza a noção de continuidade em relação a estudos desenvolvidos em torno de uma temática específica e, tampouco, acerca da noção esquizofrênica de paradigma, ela pode, no entanto, ser construída e interpretada a partir do movimento histórico que articula dialeticamente as dimensões da prática e da teoria entre passado e presente e vice-versa. Nesse sentido, o “retorno” da crítica ao imperialismo no século XXI coloca-se, sem dúvida, como resultado de um processo de análise amplamente assimétrico que envolve desde os textos seminais de P. George e Y. Lacoste sobre o subdesenvolvimento com as concepções atualmente apresentadas por D. Harvey em *New Imperialism*.

REFERÊNCIAS

- BORON, A. A Questão do Imperialismo. In: BORON, A.; AMADEO, J.; GOZÁLEZ, S. (orgs.). *A Teoria Marxista Hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 459-483.
- BRENNER, R. The origins of capitalist development: a critique of Neo-Smithian Marxism. *New Left Review*, n. 104, p. 25-93, 1977.
- BRUNET, R. *Les mots de la géographie*. Paris: Dictionnaire critique, 1993, p. 293-294.
- BUCHANAN, K. *Out of Asia – Asian Themes 1958-66*. Sydney: University Press Sydney, 1968.
- BUCHANAN, K. *The Transformation of the Chinese Earth*. Londres: Bell, 1970.
- CAPEL, H. *Filosofía y Ciencia en la Geografía Contemporáneo – una introducción a la geografía*. Barcelona: Barcanova, 1981.
- CLAVAL, P. Espace et marxisme. *L'Espace géographique*, n. 3, p. 145-164, 1977a.
- CLAVAL, P. Le Marxisme et l'espace. *L'Espace géographique*, t. 6, n. 3, p. 145-164, 1977b.
- DI MÉO, G. *L'homme, la Société, l'espace*. Paris: Anthropos, 1991.
- EMMANUEL, A. El Intercambio Desigual. In: BETTELHEIM et al. *Imperialismo y Comercio Internacional*. Córdoba: Pasado y Presente, 1971, p. 8-17.
- _____. *Unequal exchange: a study in the Imperialism of Trade*. Londres: New Left Books, 1972.
- FOLKE, S. *Primeiras reflexões sobre a Geografia do Imperialismo*. São Paulo: AGB - Seleção de Textos, n. 5, 1978, p. 25-36.
- FORBES, D. K. Energy imperialism and a new international division of resources: the case of Indonesia. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, v. 73, n. 2, 1989, p. 94-108.
- FRANK, A. G. *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*. Londres: Pelican, 1976.
- GEORGE, P. Sur quelques aspects des études géographiques em pays d'économie planifiée. Paris: **Annales de Géographie**, n° 316, 1950.
- GEORGE, P. Introduction à l'étude géographique de la population du monde. Paris: PUF, 1951.
- GEORGE, P. *Introduction à l'étude géographique de la population du monde*. Paris: PUF, 1951.

GEORGE, P. *La Ville: Le fait urbain à travers Le monde*. Paris: PUF, 1952.

GEORGE, P. *La Campagne. Le fait rural à travers Le monde*. Paris: PUF, 1956.

GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAISER, B.; LACOSTE, Y. *A Geografia Ativa*. Tradução: G. Toledo; M. Seabra; N. de La Côte. São Paulo: Difel, 1980.

GUGLIELMO, R. *Geographie et Dialéctique*. *La Nouvelle Critique*, Paris, n. 68, 1955.

HÉRIN, R. *Le dynamisme de l'école rurale*. Actes du 1er colloque franco-anglais de géographie rurale. Caen. 1989.

JALABERT, L. *Le Grand Débat*. Toulouse: Groupe de Recherche en Histoire Immédiate (GRHI), 2001.

LACOSTE, Yves. *Geografia do subdesenvolvimento*. São Paulo: Difel, 1985.

LUKÁCS, G. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. Tradução: Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

MAGDOFF, Harry. *A Era do Imperialismo*. Porto: Ed. Portucalense, 1980, p. 14-27.

NEGRI, A.; HARDT, M.. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

NOIN, D. *La transition démographique dans Le monde*. Paris: PUF, 1983.

OWEN, R. ; SUTCLIFFE, B. (org.). *Estúdios sobre la teoria del imperialismo*. México: Era, 1978.

PAILHÉ, J. *Pierre George, la géographie et le marxisme*. Paris: Espaces Temps, 1981, p. 19-29.

PALMA, G. Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment? *World Development*, n. 6, p. 881-924, 1978.

PEET, R. *Introduction to Marxist Theories of Underdevelopment*. Canberra: Australian National University, 1980.

PORTER, P. W. *The concepto f environmental potencial as exemplified by tropical African research*. Australia: Canberra, 1970.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; AZEVEDO, N. M. A geografia do imperialismo: uma introdução. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 59, AGB, 1984.

SANTOS, *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Edusp, 1978.

SANTOS, M. Geografia, Marxismo e Subdesenvolvimento. *Geografia – ontem e hoje*. AGB, São Paulo, p. 81-96, 1980.

SANTOS, M. *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Edusp, 2008.

SLATER, D. Geography and underdevelopment – part II. *Antípode*, v. 9, n. 3, p. 1-31, 1977.

VESENTINI, J. W. *Nova Ordem, Imperialismo e Geopolítica Global*. Campinas: Papirus, 2003.

WITTFOGEL, K. A. Geopolítica, Materialismo Geográfico e Marxismo. *Seleção de Textos – Teoria e Método*, São Paulo: AGB, , n. 20, p. 19-70, mar. 1992.